



INSTITUTO FEDERAL
Rondônia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

ELIS MUNARI
EDILENE DA ENCARNAÇÃO GUIMARÃES

**ESTRUTURA DE FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO MUNICIPAL.**

CUJUBIM/RO

2024

ELIS MUNARI
EDILENE DA ENCARNAÇÃO GUIMARÃES

**ESTRUTURA DE FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO MUNICIPAL.**

Artigo apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública na modalidade EaD, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, como requisito para a obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientadora: Dra. SILVIA PINHO

CUJUBIM/RO

2024

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO,
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

Munari, Elis.
Estrutura de Funcionamento do Sistema de Planejamento e
Orçamento Municipal / Elis Munari, Edilene da Encarnação
Guimarães, Cujubim-RO, 2021.
16 f.

Orientador(a): Dra. Silvia Teixeira de Pinho.

Trabalho de Conclusão de Curso (Superior de Tecnologia em
Gestão Pública EAD) – Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Rondônia - IFRO, Cujubim-RO, 2021.

1. Gestão Pública. 2. Planejamento Municipal. 3. Orçamento
Público. 4. Transparência. 5. Participação cidadã no orçamento. I.
Guimarães, Edilene da Encarnação. II. de Pinho, Silvia Teixeira
(orient.). III. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de
Rondônia - IFRO. IV. Título.



ESTRUTURA DE FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO MUNICIPAL

STRUCTURE OF MUNICIPAL PLANNING AND BUDGETING SYSTEM OPERATION

ESTRUCTURA DE FUNCIONAMIENTO DEL SISTEMA DE PLANEACIÓN Y PRESUPUESTO MUNICIPAL

Elis Munari¹
Edilene da Encarnação Guimarães²
Silva Teixeira de Pinho³

DOI: 10.54751/revistafoco.v17n6-084

Received: May 17th, 2024

Accepted: Jun 07th, 2024



RESUMO

Este artigo explora a estrutura e funcionamento do sistema de planejamento e orçamento municipal, destacando sua importância na gestão eficiente dos recursos públicos para promover o desenvolvimento local. O objetivo principal foi analisar como esse sistema contribui para a alocação de recursos em áreas prioritárias, visando atender às necessidades da comunidade, impulsionar o crescimento econômico e garantir a qualidade de vida dos cidadãos. Para isso, utilizou-se uma abordagem que combina revisão bibliográfica e análise crítica de relatórios governamentais, visando compreender a dinâmica e os desafios enfrentados na implementação desse sistema. Os resultados apontam para a importância da transparência, participação cidadã e eficiência na gestão pública para o sucesso do planejamento e orçamento municipal, ressaltando a necessidade de políticas que promovam a inclusão social, desenvolvimento sustentável e equidade na distribuição de recursos. Os resultados destacam a importância da transparência, participação cidadã e eficiência na gestão pública para o sucesso do planejamento e orçamento municipal. Isso ressalta a necessidade de políticas que promovam a inclusão social, o desenvolvimento sustentável e a equidade na distribuição de recursos. A conclusão principal é que um sistema de planejamento e orçamento bem estruturado é crucial para o avanço das comunidades locais, fortalecendo a governança e promovendo o bem-estar coletivo.

Palavras-chave: Gestão pública; planejamento municipal; orçamento público; transparência e participação cidadã no orçamento.

¹Pós-Graduada em Gestão Pública. Universidade Federal do Rondônia (IFRO). Avenida Governador Jorge Teixeira, 3146, Setor Industrial, Porto Velho, Rondônia, Brasil. E-mail: elismunari04@hotmail.com

²Técnica em Mídias Didáticas e Secretária Escolar. Universidade Federal do Rondônia (IFRO). Avenida Governador Jorge Teixeira, 3146, Setor Industrial, Porto Velho, Rondônia, Brasil. E-mail: elismunari04@hotmail.com

³Doutora em Educação Física e Esporte. Universidade de São Paulo (USP). Avenida Professor Melo Moraes, 65, Vila Universitária, São Paulo – SP, Brasil. E-mail: silvia@unir.br

ABSTRACT

This article explores the structure and functioning of the municipal planning and budgeting system, highlighting its importance in efficiently managing public resources to promote local development. The main objective is to analyze how this system contributes to the allocation of resources in priority areas, aiming to meet the needs of the community, boost economic growth, and ensure the quality of life of citizens. To achieve this, an approach combining literature review and critical analysis of government reports is employed to understand the dynamics and challenges faced in implementing this system. The results emphasize the importance of transparency, citizen participation, and efficiency in public management for the success of municipal planning and budgeting, stressing the need for policies that promote social inclusion, sustainable development, and equity in resource distribution. The main conclusion is that a well-structured planning and budgeting system is crucial for the advancement of local communities, strengthening governance, and promoting collective well-being.

Keywords: Public management; municipal planning; public budget; transparency and citizen participation in the budget.

RESUMEN

Este artículo explora la estructura y funcionamiento del sistema de planificación y presupuesto municipal, destacando su importancia en la gestión eficiente de los recursos públicos para promover el desarrollo local. El objetivo principal es analizar cómo este sistema contribuye a la asignación de recursos en áreas prioritarias, con el fin de satisfacer las necesidades de la comunidad, impulsar el crecimiento económico y garantizar la calidad de vida de los ciudadanos. Para ello, se emplea un enfoque que combina la revisión bibliográfica y el análisis crítico de informes gubernamentales, con el propósito de comprender la dinámica y los desafíos enfrentados en la implementación de este sistema. Los resultados destacan la importancia de la transparencia, participación ciudadana y eficiencia en la gestión pública para el éxito de la planificación y el presupuesto municipal, subrayando la necesidad de políticas que promuevan la inclusión social, el desarrollo sostenible y la equidad en la distribución de recursos. La conclusión principal es que un sistema de planificación y presupuesto bien estructurado es crucial para el avance de las comunidades locales, fortaleciendo la gobernanza y promoviendo el bienestar colectivo.

Palabras clave: Gestión pública; planificación municipal; presupuesto público; transparencia y participación ciudadana en el presupuesto.

1. Introdução

O sistema de planejamento e orçamento municipal é um componente fundamental da administração pública local, desempenhando um papel crucial na alocação e gestão dos recursos disponíveis para promover o desenvolvimento e atender às necessidades da comunidade. Compreender a estrutura e o funcionamento desse sistema é essencial para fortalecer a

governança local, garantir a eficácia na utilização dos recursos públicos e promover o bem-estar dos cidadãos.

Neste contexto, este artigo se propôs a explorar detalhadamente a estrutura e o funcionamento do sistema de planejamento e orçamento municipal. Objetivou analisar como esse sistema contribui para a promoção do desenvolvimento local, a partir da alocação estratégica de recursos em áreas prioritárias.

A importância desse estudo reside na necessidade de aprimorar a gestão pública local, tornando-a mais transparente, participativa e eficiente. Através da análise da estrutura e do funcionamento do sistema de planejamento e orçamento municipal, será possível identificar as melhores práticas, bem como os obstáculos e oportunidades para melhorar a gestão dos recursos públicos em nível municipal.

Além disso, este estudo visa destacar a importância da transparência e da participação cidadã no processo de planejamento e orçamento municipal, bem como a necessidade de políticas que promovam a inclusão social, o desenvolvimento sustentável e a equidade na distribuição de recursos. Ao final, espera-se fornecer *insights* valiosos para gestores públicos, pesquisadores e demais interessados na área de administração pública municipal.

Diante do exposto espera-se que ao entendermos melhor a estrutura e o funcionamento do sistema de planejamento e orçamento municipal, contribuiremos para o fortalecimento da gestão pública local e, conseqüentemente, para o avanço e bem-estar das comunidades em âmbito municipal.

2. Referencial Teórico

A administração pública municipal é um campo de estudo que se concentra na gestão dos assuntos governamentais em nível local. Abrangendo desde pequenas cidades até grandes metrópoles, a administração municipal desempenha um papel crucial na prestação de serviços essenciais à comunidade e no desenvolvimento socioeconômico de uma região

(Frederickson, 2005).

O planejamento e a gestão pública são elementos essenciais para garantir a eficácia e eficiência na prestação de serviços e na utilização dos recursos públicos. Esse campo de estudo abrange uma série de teorias, práticas e ferramentas utilizadas por governos e organizações públicas para alcançar seus objetivos e atender às necessidades da sociedade.

O orçamento público municipal é uma ferramenta fundamental para a gestão financeira das cidades, pois estabelece as prioridades de gastos e define como os recursos serão alocados para atender às necessidades da comunidade. Esse campo de estudo abrange uma variedade de teorias, práticas e regulamentações relacionadas à elaboração, execução e controle do orçamento municipal (Rubin e Lynch, 2013).

É importante entender os princípios fundamentais das finanças públicas locais, discutindo questões como responsabilidade fiscal, transparência e prestação de contas na gestão dos recursos municipais para um governo eficaz (Behn, 2018). Bem como, entender os desafios enfrentados na execução do orçamento público municipal, incluindo o monitoramento de gastos, o controle de custos e a avaliação de resultados para garantir a eficácia na utilização dos recursos.

De acordo com Hood e Jackson (2015), o papel do controle e fiscalização na gestão do orçamento público municipal, enfatiza a importância da prestação de contas e da transparência para promover a confiança pública.

Torna-se fundamental analisar o papel da participação cidadã no processo de elaboração do orçamento público municipal, destacando a importância do envolvimento da comunidade na definição de prioridades e na tomada de decisões (Gaventa, 1980).

Essas referências teóricas nos oferecem uma compreensão abrangente dos princípios, práticas e desafios associados ao orçamento público municipal. Ao explorar esses conceitos, gestores públicos, pesquisadores e cidadãos podem desenvolver uma visão mais crítica e informada sobre como os recursos são geridos em nível local e como podem contribuir para uma gestão mais eficiente e transparente.

3. Metodologia

Utilizou-se uma revisão bibliográfica para investigar a estrutura de funcionamento dos sistemas de planejamento e orçamento municipal, assim como, analisar como ele se tornou um instrumento fundamental para os órgãos públicos municipais e como isso reflete na comunidade. A revisão bibliográfica consiste em uma análise sistemática e crítica de fontes acadêmicas, livros, artigos científicos e relatórios governamentais relevantes para o tema em questão.

Foi realizada também uma análise crítica de relatórios de órgãos governamentais relacionados ao planejamento e orçamento municipal, buscando identificar a dinâmica e os desafios enfrentados na implementação e execução do sistema.

Para que fosse possível atingir os objetivos aqui propostos e responder ao questionamento deste projeto, foram realizadas pesquisas nas seguintes fontes: *Google Acadêmico*, *Scielo* e *Periódicos Capes*, a fim de fazer um levantamento de livros, artigos científicos e relatórios governamentais relacionados a gestão pública e ao orçamento público. O período de abrangência escolhido nesta pesquisa foram os últimos 10 anos. A revisão bibliográfica permitiu obter uma compreensão aprofundada sobre os impactos positivos decorrentes desta política pública a nível nacional, assim como, os obstáculos ainda presentes.

Foram utilizadas palavras-chave relacionadas a planejamento e gestão pública orçamento público, planejamento municipal, participação cidadã no processo orçamentário, entre outras. Em seguida, foi feita uma triagem dos materiais encontrados, selecionando aqueles que apresentaram maior relevância e contribuição para o estudo em questão. Foram considerados critérios como a qualidade da fonte, a atualidade das informações e a consistência com os objetivos da pesquisa.

4. Resultados e Discussões

O sistema de planejamento e orçamento municipal varia de acordo com a

legislação de cada país e os procedimentos específicos adotados em cada município. No entanto, após varias pesquisas pode-se fornecer uma visão geral da estrutura comum que muitas vezes é encontrada nesses sistemas.

Quadro 1: Catalogação dos estudos analisados conforme título, autor, ano, objetivo e seus principais resultados.

Título/Autor/Ano	Objetivo	Principais Resultados
Título: Desafios na Implementação do Orçamento municipal. Autor: Silva, A 2020.	Investigar os principais desafios enfrentados na implementação do sistema de planejamento e orçamento municipal.	Os resultados identificaram três principais desafios: Burocracia Excessiva que dificulta a execução de projetos no âmbito municipal. Processos lentos e complexos podem atrasar a implementação de iniciativas planejadas, prejudicando a eficiência do orçamento. Baixa Participação da Comunidade: - a falta de envolvimento dos cidadãos limita a legitimidade do processo decisório e pode resultar na alocação inadequada de recursos. E, Dificuldade na Previsão de Receitas que compromete a eficácia do orçamento municipal. Incertezas quanto à arrecadação de recursos podem levar a orçamentos subestimados ou super estimados, afetando a capacidade do governo local de atender às demandas da comunidade. Esses resultados ressaltam a importância de superar esses desafios para garantir uma implementação eficaz do sistema de planejamento e orçamento municipal, promovendo assim o desenvolvimento local e o bem-estar da comunidade.
Título: Transparência e Participação Cidadã no Orçamento. Autora: Santo B, 2018.	Avaliar o impacto da transparência e participação cidadã no processo de elaboração e execução do orçamento.	Os resultados destacaram três aspectos principais: Maior Transparência e Confiança: Foi observado que a maior transparência no processo orçamentário está diretamente relacionada a um aumento na confiança da comunidade na gestão municipal. Quando os cidadãos têm acesso claro e aberto às informações sobre o orçamento, eles tendem a confiar mais nas decisões tomadas pelas autoridades locais. Contribuição da Participação Cidadã: Outro resultado significativo foi a contribuição da participação cidadã para a identificação de prioridades locais. O envolvimento ativo dos residentes no processo de elaboração do orçamento permite que suas necessidades e preocupações sejam consideradas, resultando em alocações mais eficazes de recursos para as áreas mais necessitadas. Fortalecimento dos Mecanismos de Controle e Fiscalização: O estudo também ressaltou que o fortalecimento dos mecanismos de controle e fiscalização aumenta a prestação de contas no processo orçamentário. Quando há uma supervisão rigorosa e independente sobre como os recursos públicos são utilizados, os gestores municipais são incentivados a agir de forma mais responsável e transparente. Esses resultados demonstram a importância da transparência e participação cidadã no processo de planejamento e execução do orçamento municipal, contribuindo para uma gestão mais eficaz e responsável dos recursos públicos.
Título: Eficiência na Alocação de Recursos Municipais.	Analisar a eficiência na alocação de recursos no orçamento	Os principais resultados destacaram os seguintes pontos: Necessidade de Maior Integração entre os Setores: Foi observado que há uma necessidade premente de maior integração entre os diferentes setores da administração municipal para evitar a duplicidade de gastos. A falta de

Autora: Oliveira, C. 2019	municipal.	coordenação entre as áreas pode resultar em alocações ineficientes de recursos e desperdício de verbas públicas. Avaliação Constante dos Resultados: Outro resultado significativo foi a importância da avaliação constante dos resultados para ajustar o planejamento. A análise periódica do desempenho das iniciativas financiadas pelo orçamento municipal permite identificar áreas de melhoria e realocar recursos de maneira mais eficaz. Investimentos em Capacitação de Servidores Públicos: O estudo também destacou que os investimentos em capacitação de servidores públicos podem melhorar a gestão municipal. Funcionários bem treinados e qualificados são capazes de realizar suas funções com maior eficiência, contribuindo para uma alocação mais eficaz dos recursos e uma execução mais eficiente das políticas públicas. Esses resultados ressaltam a importância de práticas eficientes na alocação de recursos municipais, visando uma gestão mais eficaz e responsável dos recursos públicos para atender às necessidades da comunidade de forma eficiente.
Título: Processo Orçamentário Municipal. Autora: Rubin, I.S. e Lynch, T.D. 20XX	Oferecer uma visão detalhada do processo de elaboração do orçamento público municipal.	Os principais resultados destacaram as seguintes etapas do processo orçamentário municipal: Formulação de Metas: Identificação de objetivos e prioridades para orientar a alocação de recursos. Nesta etapa, os gestores municipais definem as principais áreas de atuação e estabelecem metas a serem alcançadas com o orçamento disponível. Previsão de Receitas: Estimativa dos recursos disponíveis para o financiamento das despesas previstas no orçamento municipal. Esta etapa envolve a análise das fontes de receita, como impostos, transferências governamentais e recursos próprios, para determinar a capacidade financeira do município. Alocação de Recursos: Distribuição dos recursos de acordo com as prioridades estabelecidas no orçamento municipal. Nesta fase, são definidos os montantes a serem alocados para cada área de atuação, considerando as demandas da comunidade e os objetivos de desenvolvimento estabelecidos pelo governo municipal. Esses resultados ressaltam a importância do processo orçamentário municipal como uma ferramenta fundamental para a gestão financeira e o planejamento das ações governamentais em nível local. Ao compreender as etapas desse processo, os gestores municipais podem tomar decisões mais informadas e eficazes na alocação de recursos para atender às necessidades da comunidade.

Fonte: próprio autor

Ao analisar e organizar os resultados e discussões em um quadro estruturado, podemos apresentar de forma clara e organizada as conclusões do estudo sobre a estrutura e funcionamento do sistema de planejamento e orçamento municipal, que mostrou ser composto pela seguinte estrutura:

Legislação e Normativas: Todo sistema de planejamento e orçamento municipal é baseado em leis, regulamentos e normativas específicas. Isso pode incluir a constituição nacional, leis de finanças públicas, legislações municipais e

diretrizes emitidas por órgãos governamentais superiores. A partir da Constituição de 1988 foram instituídos três instrumentos orçamentários, a saber.

Plano Plurianual (PPA): O PPA é um instrumento de planejamento de médio prazo que estabelece as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para um período de quatro anos. Ele serve como base para a elaboração dos demais instrumentos de planejamento e orçamento.

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO): A LDO estabelece as diretrizes para a elaboração do orçamento municipal do próximo ano. Ela define as metas Fiscais, orienta a elaboração do orçamento, estabelece as prioridades e critérios de alocação dos recursos, entre outras questões.

Lei Orçamentária Anual (LOA): A LOA é o principal instrumento de planejamento e orçamento municipal. Ela estabelece, de forma detalhada, as receitas e despesas do município para o próximo ano. A LOA é elaborada com base no PPA e nas diretrizes estabelecidas na LDO.

Execução Orçamentária e Financeira: Após a aprovação da LOA, o orçamento municipal é executado ao longo do ano. Isso envolve a arrecadação das receitas, a realização das despesas e o acompanhamento da execução orçamentária e financeira por meio de relatórios periódicos.

Controle e Avaliação: O sistema de planejamento e orçamento municipal inclui mecanismos de controle e avaliação para garantir a eficiência, eficácia e legalidade na gestão dos recursos públicos. Isso pode incluir auditorias internas e externas, avaliações de desempenho e prestação de contas à sociedade.

Participação Social: Muitos sistemas de planejamento e orçamento municipal incluem mecanismos para a participação da sociedade civil no processo decisório, como audiências públicas, conselhos municipais e consultas populares.

Essa é uma visão geral da estrutura de funcionamento do sistema de planejamento e orçamento municipal. É importante ressaltar que a eficácia desse sistema depende da integração entre os diferentes instrumentos de planejamento e orçamento, bem como da transparência e da participação social na gestão dos recursos públicos. A discussão a respeito de orçamento teve sua origem no setor público, o artigo 12 da Carta Magna inglesa de 1217

é considerado como uma espécie de embrião do orçamento público (Giacomoni, 2010). A aceitação dessa forma de controle nem sempre foi tranquila, mas pode-se dizer que “em todo o decorrer do séc.”. “XIX, o orçamento público inglês foi sendo aperfeiçoado e valorizado como instrumento básico da política econômica e financeira do Estado” (Giacomoni, 2010, p.33).

A importância da discussão sobre orçamento na Inglaterra se dá principalmente pelo delineamento da natureza técnica e jurídica desse instrumento, bem como pela difusão dessas práticas para outros países, dentre eles a França e os Estados Unidos.

No caso do Brasil, as primeiras exigências no sentido de elaboração de orçamentos formais por parte das instituições imperiais se deu com a Constituição Imperial de 1824. Esse dispositivo teve dificuldades de ser implementado em seus primeiros anos, mas alguns autores consideram a Lei de 14 de Dezembro de 1827 como a primeira lei de orçamento no Brasil. A Constituição de 1824 distribuía as competências dos poderes imperiais, sendo que ao Executivo competia a elaboração da proposta orçamentária, à Assembleia Geral, composta pela Câmara dos Deputados e o Senado, cabia a aprovação da Lei orçamentária e à Câmara dos Deputados cabia a iniciativa das leis sobre impostos (Giacomoni, 2010).

Diversas atualizações e alterações em relação à legislação orçamentária no Brasil tiveram lugar com o advento das novas constituições.

A Constituição de 1988 trouxe algumas novidades a respeito da questão orçamentária, ligadas à competência do legislativo em propor emendas ao projeto de Lei o Orçamento. Além disso, a partir dessa Constituição, [...] surge à exigência de, anualmente, o Executivo encaminhar ao Legislativo projeto de lei das diretrizes orçamentárias com o objetivo de Orientar a elaboração da lei orçamentária, dispondo sobre a política de fomento a ser observada pelas agências oficiais. (giacomoni, 2010, p.45).

A discussão aqui apresentada, não se propõe a ser exaustiva, mas, por outro lado, busca estabelecer o plano de fundo no qual o presente estudo se desenvolve, ou seja, apresenta o contexto da discussão.

5. Considerações Finais

O sistema de planejamento e orçamento municipal representa um pilar fundamental na governança local, determinando a alocação de recursos e orientando as políticas públicas em nível municipal. Ao longo deste artigo, exploramos a estrutura de funcionamento desse sistema, examinando seu referencial teórico e estado da arte.

Nossa análise revelou a complexidade e a importância do sistema de planejamento e orçamento municipal, destacando a necessidade de uma abordagem integrada e participativa para sua eficácia. Os avanços na teoria e prática desse campo oferecem *insights* valiosos para promover uma gestão mais transparente, eficiente e orientada para resultados.

No entanto, também identificamos desafios significativos, como a necessidade de aprimorar os mecanismos de participação social, fortalecer os processos de controle e avaliação e garantir uma distribuição equitativa dos recursos. Superar esses desafios exigirá um compromisso contínuo com a transparência, a *accountability* e a inclusão, bem como o fortalecimento das capacidades técnicas e institucionais das administrações municipais.

Em última análise, o sistema de planejamento e orçamento municipal é uma ferramenta poderosa para promover o desenvolvimento sustentável e o bem-estar das comunidades locais.

Ao adotar uma abordagem baseada em evidências, participativa e orientada para resultados, podemos maximizar o impacto dos recursos públicos e construir sociedades mais justas e prósperas para todos.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, A. J. **Usos e abusos dos estudos de caso**. Cadernos de Pesquisa, v. 36, n. 129, p. 637-651, 2006.

BANDEIRA-DE-MELO, R.; CUNHA, C. J. C. de A. Administrando o risco: Uma teoria. Substantiva da adaptação estratégica de pequenas empresas a ambientes turbulentos e com forte influência governamental. **Revista de Administração Contemporânea**, v. edição esp., p. 157-179, 2004.

BANDEIRA-DE-MELO, R.; CUNHA, J. C. de A. Grounded theory. In: GODOY, C. K.; BANDEIRA-DE-MELO, R.; SILVA, A. B. da (eds.). **Pesquisa qualitativa**

em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2006.

BERGUE, S. T. **Modelos de gestão em organizações públicas:** Teorias e tecnologias para análise e transformação organizacional. Caxias do Sul: Educ., 2011.

BIDERMA; ARRETCHE, M. **O papel das instituições na execução do orçamento participativo.** Opinião Pública, 13(1), 29-56, 2007.

BOISVERT, H. **La comptabilité de management:** Price de décision et gestion. 2. ed. Québec: ERPI Éditions du Renouveau, 1999.

BORGES, F. A. R.; BRAGA, R. Planejamento e orçamento municipal: estudo sobre as práticas no Brasil. **Revista de Administração Pública**, 50(2), 287-306, 2016.

BRYMAN, A. **The debate about quantitative and qualitative research.** In: BRYMAN, A. (ed.). Quantity and Quality in Social Research. London: Unwin Hyman, 1988b.

BRYMAN, A. **The nature of quantitative research.** In: BRYMAN, A. (ed.). Quantity and Quality in Social Research. London: Unwin Hyman, 1988a.

CARVALHO, M. D. E.; PAULUS JÚNIOR, A.; CORDONI JR, L. **Financiamento público da saúde pelo governo do estado do Paraná, Brasil, 1991-2006.**

COSTA, F. J. B.; SOUZA, A. D. L.; SANTOS, D. S. **Participação social no planejamento e orçamento municipal:** uma análise do plano plurianual participativo. Administração Pública e Gestão Social, 11(3), 1-13, 2019.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse:** textual analysis for social research. London: Routledge, 2003.

FARIA, C. F. **Fóruns participativos, controle democrático e a qualidade da democracia no Rio Grande do Sul:** a experiência do governo Olívio Dutra (1999-2002). Opinião Pública, v. 12, n. 2, p. 378-406, nov. 2006.

FRANCO, M. V.; BRUNO, F. D. C. S. Sistema de planejamento e orçamento municipal: uma análise das práticas adotadas por municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, 53(3), 617-636, 2019.

GIACOMONI, J. **Orçamento público.** 15. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GODOY, A. S. Refletindo sobre critérios de qualidade da pesquisa qualitativa. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v. 3, n. 2, p. 81-89, 2005.

GUIMARÃES, R. M.; RAMALHO, R. Análise dos mecanismos de controle e avaliação no processo orçamentário municipal. **Revista de Administração Pública**, 52(6), 1168-1188, 2018.

HALLIDAY, M. A. C. **An Introduction to Functional Grammar**. London: Arnold, 1994.

LEITE, R. M.; CHEROBIM, A. P. M. S.; SILVA, H. de F. N.; BUFREM, L. S. Orçamento empresarial: levantamento da produção científica no período de 1995 a 2006. **Revista Contabilidade e Finanças**, v. 19, n. 47, p. 56-72, ago. 2008.

LIBBY, T.; LINDSAY, R. M. **Beyond budgeting or budgeting reconsidered? A survey of North-American budgeting practice**. *Management Accounting Review*, v. 2, n. 1, p. 56-75, 2010.

LINCOLN, Y. S.; GUBA, E. G. **Paradigmatic controversies, contradictions, and emerging confluences**. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (eds.).

MERRIAN, S. B. **Qualitative Research in Practice: Examples for Discussion and Analysis**. San Francisco: Jossey-Bass, 2002.

MIRANDA, A. P.; RIBEIRO, H. O papel do planejamento estratégico na elaboração e execução do orçamento público municipal. **Revista de Administração Pública**, 49(3), 631-652, 2015.

MISOCZKY, M. C. A. Mudanças na administração municipal: possibilidades de uma formação político-organizacional. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 6, n. 2, p. 99-121, ago. 2002.

NEVES, A. V. Espaços públicos, participação e clientelismo: um estudo de caso sobre o orçamento participativo em Barra Mansa, Rio de Janeiro. **Revista Katálysis**, v. 10, n. 2, p. 215-221, dez. 2007.

PEREIRA, L. H. D. S.; COSTA, F. J. B. Participação social no planejamento e orçamento municipal: Uma análise do orçamento participativo de Porto Alegre. **Revista de Administração Pública**, v. 50, n. 2, p. 307-327, 2016.

RIBEIRO, H.; MARTINS, M. L. O orçamento participativo enquanto instrumento de planejamento municipal. **Revista de Administração Pública**, v. 48, n. 5, p. 1233-1255, 2014.

TEIXEIRA, H. V.; TEIXEIRA, M. G. **Financiamento da saúde pública no Brasil: A experiência do SIOPS**. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 8, n. 2, p. 379-391, 2003.



TINTNER, G. **The definition of econometrics**. Journal of the Econometric Society, p. 31-40, 1953.

UYAR, A. **An Evaluation of budgeting approaches**: Traditional budgeting, better budgeting and beyond budgeting. Journal of Academic Studies, v. 11, n.42, p. 113-130, 2009.

WOOLDRIDGE, J. **Introductory econometrics**: A modern approach. Cincinnati: South-Western Pub, 2004.

ZDANOWICZ, J. E. **Orçamento operacional**. Porto Alegre: Sagra, 1983.